



BALANÇO PATRIMONIAL

2019



FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ



UNIVÁS

HOSPITAL DAS CLÍNICAS SAMUEL LIBÂNIO

JP JOÃO PAULO COLEGIO

- Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí
- Unidades mantidas
- > Universidade do Vale do Sapucaí
 - > Hospital das Clínicas Samuel Libânio
 - > Colégio João Paulo
 - > Anjo Paulo Alvaro



FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E O RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE

Março de 2020

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E O
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	46

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

Pouso Alegre – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Execução fiscal e notificação do INSS

Conforme mencionado na nota explicativa 20 (ii).

A Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação do INSS que totalizam R\$ 169.732.426 em 31 de dezembro de 2019. Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho destes processos é de perda remota. Desta forma, a Administração também optou em não constituir nenhuma provisão para contingência.

Indeferimento na certificação do CEBAS

Conforme mencionado na nota explicativa 20 (iii), através da portaria nº 829 de 28 de novembro de 2018, o secretário de regulamentação e supervisão da educação superior, indeferiu o pedido de concessão/renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) para a

Fundação, por contrariar os requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 contendo os fundamentos na respectiva Nota Técnica 1846/2018-SERES/MEC sobre o processo 23123.001405/2012-16. A administração da entidade no prazo estabelecido apresentou recurso de defesa sobre o indeferimento, o qual tramita na esfera administrativa.

Por estar o processo em julgamento durante o exercício de 2019, não houve quaisquer provisão dos valores envolvidos pelo indeferido da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Outros Assuntos:

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes, por ocasião da emissão do relatório em 08 de março de 2019 sem modificação.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 28 de fevereiro de 2020.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/94AF-CE7E-C873-B9AE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 94AF-CE7E-C873-B9AE



Hash do Documento

697DB335406CC080E97B6FCE3D6C8CA9E969D008C9C4BDAF4012A214B0A32933

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/03/2020 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19
em 09/03/2020 12:21 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital



Alexandre Chiaratti do Nascimento

Contador

CRC/SP "S"-MG 187.003/O- 0

CNAI – SP – 1620

CRC 1SP222658/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

Ativo	Atividade de ensino		Ativo	Atividade de saúde	
	2019	2018		2019	2018
Ativo circulante			Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	212.605	2.340.391	Caixa e equivalentes de caixa	3.881.746	10.880.133
Títulos e valores mobiliários	159.400	116.414	Títulos e valores mobiliários	2.789.896	1.683.220
Mensalidades a receber	7.373.880	7.821.820	Mensalidades a receber	-	-
Acordos a receber	5.123.791	1.584.061	Acordos a receber	17.943	19.964
Atendimentos hosp. a receber	-	-	Atendimentos hosp. a receber	15.883.664	18.867.397
Convênios a receber com restrição	525.784	751.365	Convênios a receber com restrição	5.251.052	4.852.634
Estoques	37.443	48.149	Estoques	1.895.029	2.191.874
Outros créditos	3.097.609	797.137	Outros créditos	1.176.219	409.551
Despesas antecipadas	174.309	126.824	Despesas antecipadas	5.586	2.298
Total do ativo circulante	16.704.820	13.586.161	Total do ativo circulante	30.901.134	38.907.071
Ativo não circulante			Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo			Realizável a longo prazo		
Despesas antecipadas	-	-	Despesas antecipadas	-	-
Acordos a receber	1.788.661	1.788.661	Acordos a receber	419	419
Depósitos judiciais	821.613	744.610	Depósitos judiciais	9.259	9.259
Imobilizado	50.567.188	50.029.551	Imobilizado	52.071.756	51.390.502
(-) Depreciação acumulada	(10.535.521)	(9.881.116)	(-) Depreciação acumulada	(17.551.983)	(15.892.661)
Intangível	4.750.321	4.210.243	Intangível	3.279.946	2.733.715
(-) Amortização acumulada	(3.707.440)	(3.309.317)	(-) Amortização acumulada	(1.868.729)	(1.398.369)
Total do ativo não circulante	43.684.823	43.582.632	Total do ativo não circulante	35.940.667	36.842.865
Total do ativo	60.389.643	57.168.793	Total do ativo	66.841.801	75.749.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Atividade de ensino			Atividade de saúde	
Passivo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Passivo circulante			Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	39.589	-	Empréstimos e financiamentos	10.892.778	6.509.069
Fornecedores	188.967	283.342	Fornecedores	7.535.853	11.667.867
Obrigações sociais e provisões de férias	7.446.093	5.173.878	Obrigações sociais e provisões de férias	7.143.310	6.511.867
Impostos e contribuições a recolher	1.285.535	1.368.712	Impostos e contribuições a recolher	656.494	555.592
Outras obrigações	3.604.203	3.195.192	Outras obrigações	514.158	545.210
Recursos de projetos em exec. c/ restrição	781.823	964.375	Recursos de projetos em exec. c/ restrição	8.157.776	6.652.624
Total do passivo circulante	13.346.210	10.985.499	Total do passivo circulante	34.900.369	32.442.228
Passivo não circulante			Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	99.388	-	Empréstimos e financiamentos	50.092.707	46.243.198
Outras obrigações	317.543	76.248	Outras obrigações	-	-
Provisão para demandas judiciais	2.182.808	2.095.262	Provisão para demandas judiciais	2.329.024	2.824.589
Total passivo não circulante	2.599.739	2.171.510	Total passivo não circulante	52.421.731	49.067.787
Patrimônio líquido			Patrimônio líquido		
Patrimônio social	10.269.571	11.552.846	Patrimônio social	4.178.901	5.494.141
Reserva de reavaliação	28.580.111	28.759.847	Reserva de reavaliação	11.697.709	11.800.670
Resultado do exercício	6.227.887	3.833.554	Resultado do exercício	(18.242.142)	(15.626.724)
Resultado acumulado	(633.874)	(134.464)	Resultado acumulado	(18.114.767)	(7.428.166)
Total do patrimônio líquido	44.443.695	44.011.784	Total do patrimônio líquido	(20.480.299)	(5.760.080)
Total do passivo	60.389.643	57.168.793	Total do passivo	66.841.801	75.749.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo	Nota explicativa	2019	reapresentado 2018
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5</u>	4.094.351	13.220.524	Empréstimos e financiamentos	<u>15</u>	10.932.367	6.509.069
Títulos e valores mobiliários	<u>6</u>	2.949.295	1.799.634	Fornecedores	<u>16</u>	7.724.819	11.951.209
Mensalidades a receber	<u>7</u>	7.373.880	5.792.465	Obrigações sociais e prov. de	<u>17</u>	14.589.404	11.685.745
Acordos a receber	<u>8</u>	5.141.734	2.249.546	Impostos e contribuições a		1.942.030	1.924.304
Atendimentos hosp. a receber	<u>9</u>	15.883.664	17.865.492	Outras obrigações	<u>18</u>	4.118.361	3.628.717
Convênios a receber com restrição	<u>10</u>	5.776.836	5.603.999	Recursos de proj. em exec. c/ restrição	<u>19</u>	8.939.598	7.616.999
Estoques	<u>11</u>	1.932.471	2.240.023	Total do passivo circulante		48.246.579	43.316.042
Outros créditos	<u>12</u>	4.273.828	1.206.688	Passivo não circulante			
Despesas antecipadas		179.895	129.122	Empréstimos e financiamentos	<u>15</u>	50.192.095	46.243.198
Total do ativo circulante		47.605.955	50.107.493	Fornecedores	<u>16</u>	-	-
Ativo não circulante				Outras obrigações	<u>18</u>	317.543	76.248
Realizável a longo prazo				Provisão para demandas judiciais	20	4.511.831	4.919.851
Despesas antecipadas		-	-	Total passivo não circulante		55.021.469	51.239.297
Acordos a receber	<u>8</u>	1.789.080	1.789.080	Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais	<u>12</u>	830.872	753.869	Patrimônio social		14.772.934	14.772.934
Imobilizado	<u>13</u>	102.638.944	101.420.053	Reserva de reavaliação		40.277.820	40.560.517
(-) Depreciação acumulada	<u>13</u>	(28.087.505)	(25.773.777)	Resultado do exercício		(12.014.255)	(11.793.171)
Intangível	<u>14</u>	8.030.267	6.943.958	Resultado acumulado		(19.073.104)	(7.562.629)
(-) Amortização acumulada	<u>14</u>	(5.576.169)	(4.707.686)	Total do patrimônio líquido	<u>21</u>	23.963.396	35.977.651
Total do ativo não circulante		79.625.490	80.425.497	Total do passivo		127.231.444	130.532.991
Total do ativo		127.231.444	130.532.991				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	2019	2018
Receita bruta educacional	95.113.564	90.178.704
Receita de mensalidade ed. Básica	16.230.121	15.356.841
Receita de mensalidades ed. Superior	73.100.787	69.716.464
Outras receitas operacionais	5.629.427	5.031.156
Doações	114.967	74.243
Receita com Programa Jovem Aprendiz	38.261	
(-) Deduções da receita bruta	(22.827.900)	(17.400.395)
Bolsas concedidas integrais - lei 12.101/09	(2.738.342)	(2.549.698)
Bolsas concedidas – prouni	(7.391.053)	(7.161.584)
Bolsas concedidas integrais - lei 11.096/05	-	-
Bolsas concedidas parciais - lei 11.096/05	-	-
Bolsas concedidas parciais – lei 12.101/09	(1.479.942)	(713.798)
Programa de apoio a bolsistas	-	-
Outras bolsas concedidas	(2.476.842)	(153.785)
Descontos concedidos	(1.324.033)	(3.931.962)
Descontos incondicionais	(7.417.688)	(2.889.568)
(=) Receita líquida da atividade	72.285.663	72.778.309
(-) Custos	(52.097.187)	(52.361.686)
(=) Superávit bruto	20.188.476	20.416.623
Outras receitas operacionais	16.805.159	16.168.650
Outras receitas não operacionais	138.718	-
Programas com Restrição	-	120.381
Isenção usufruída	15.915.460	16.048.269
Serviços voluntários obtidos	750.981	-
(-) Despesas operacionais da atividade	(13.966.355)	(16.612.695)
Pessoal	(11.978.354)	(10.859.231)
Administrativas e gerais	(3.444.698)	(2.560.034)
Perdas no recebimento de mensalidades	1.738	(3.975.687)
Resultado financeiro	1.454.959	796.969
Programas com restrição	-	(14.712)
(-) Outras despesas não operacionais	(16.799.393)	(16.139.024)
Outras despesas não operacionais	(132.952)	(90.755)
Isenção usufruída	(15.915.460)	(16.048.269)
Serviços voluntários obtidos	(750.981)	-
(=) Resultado da área educacional	6.227.887	3.833.554

Continua...

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

...continuação

	2019	2018
Receita bruta da área de saúde	115.372.742	108.230.407
Planos de saúde	33.237.048	32.528.933
Sistema Único de Saúde	72.690.923	68.085.737
Particulares	6.769.003	5.593.804
Outras receitas de saúde	784.048	304.746
Doações	1.859.800	1.717.187
Secretaria de Estado da Saúde	31.920	-
(-) Custos	(126.228.526)	(120.970.030)
(=) Resultado bruto da área da saúde	(10.855.784)	(12.739.623)
(-) Despesas operacionais da área da saúde	(10.612.000)	(9.517.348)
Administrativas e gerais	(1.737.219)	(1.990.906)
Resultado financeiro	(6.996.536)	(6.287.813)
Programas com restrição	(1.878.245)	(1.238.629)
(+) Outras receitas operacionais	19.432.676	21.915.002
Outras receitas não operacionais	261.511	2.717.265
Isenção usufruída	16.015.603	15.188.365
Programa com restrição	3.069.206	4.009.372
Receitas de Assistência ao Trabalhador	86.356	-
(-) Outras despesas operacionais	(16.207.034)	(15.284.756)
Outras despesas operacionais	(105.075)	(96.391)
Isenção usufruída	(16.015.603)	(15.188.365)
Despesas de Assistência do Trabalhador	(86.356)	-
(=) Resultado da área da saúde	(18.242.142)	(15.626.725)
(=) Resultado do exercício	(12.014.255)	(11.793.171)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	reapresentado	
	2019	2018
(Déficit) superávit do exercício	<u>(12.014.255)</u>	<u>(11.793.169)</u>
Realização da reserva de reavaliação	282.697	290.340
Resultado abrangente do exercício	<u>(11.731.558)</u>	<u>(11.502.829)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Déficit acumulado	Patrimônio liquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	17.046.987	40.850.858	(7.852.970)	50.044.875
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Realização da reserva da reavaliação	-	(290.340)	290.340	-
Ajustes	(2.274.053)	-	-	(2.274.053)
Resultado do exercício	-	-	(11.793.171)	(11.793.171)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.772.934	40.560.517	(19.355.801)	35.977.651
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Realização da reserva da reavaliação	-	(282.697)	282.697	-
Resultado do exercício	-	-	(12.014.255)	(12.014.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.772.934	40.277.820	(31.087.359)	23.963.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Atividade de ensino	
	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	5.867.733	3.833.554
Ajustes		(1.279.624)
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.394.862	1.502.426
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	69.670	(1.164)
Reversão de provisão para demandas judiciais	87.545	(481.770)
(Déficit) superávit do exercício ajustado	7.419.208	3.573.422
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento em mensalidades e acordos a receber	(8.640.092)	1.514.441
Redução em convênios a receber com restrição	225.581	597.267
(Aumento) redução em estoques	10.707	(17.204)
Aumento em outros ativos	(2.424.961)	(40.913)
Aumento em fornecedores	(94.375)	19.930
Aumento em obrigações sociais e provisão de férias	2.272.216	84.602
Aumento em impostos e contribuições a recolher	(83.176)	66.885
Redução em recursos de proj. em execução com restrição	(182.552)	(774.141)
(Redução) aumento em outras obrigações	761.990	(523.592)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(735.455)	4.500.701
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(948.243)	(635.625)
Aumento em intangível	(540.079)	(387.357)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(1.488.322)	(1.022.982)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Transações entre entidades (saúde e educação)	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	213.387	-
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(47.927)	(1.497.178)
Juros e variação monetária	(26.483)	2.931
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas ativ. de financiamentos	138.977	(1.494.247)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(2.084.800)	1.983.472
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	372.005	2.456.805
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	2.456.805	473.333
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(2.084.800)	1.983.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Atividade de saúde	
	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
(Déficit) do exercício	(17.881.988)	(15.626.724)
Ajustes		(994.429)
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.317.145	2.085.720
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	50.123	41.167
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(495.565)	864.413
(Déficit) superávit do exercício ajustado	(16.010.285)	(13.629.853)
Variações nos ativos e passivos:		
Redução (aumento) em mensal., acordos e atend. a receber	6.148.319	3.688.760
Redução (aumento) em convênios a receber com restrição	(398.418)	(461.401)
(Aumento) redução em estoques	296.845	(663.665)
Redução em outros ativos	(769.957)	83.809
Aumento em fornecedores	(4.132.014)	2.018.752
Aumento em obrigações sociais e provisão de férias	631.443	(6.832)
Aumento em impostos e contribuições a recolher	100.902	2.303
(Redução) aumento em recursos de proj. em execução com restrição	1.505.151	485.210
(Redução) aumento em outras obrigações	(31.051)	60.734
Disponibilidades líquidas (aplic.) geradas pelas atividades operacionais	(12.659.065)	(8.422.186)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(919.635)	(954.494)
Aumento em intangível	(546.230)	(460.821)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(1.465.865)	(1.415.315)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Transações entre entidades (saúde e educação)		
Captação de empréstimos e financiamentos	20.784.358	52.752.267
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(13.494.764)	(41.966.483)
Juros e variação monetária	943.623	5.714.369
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas ativ. de financiamentos	8.233.218	16.500.153
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.891.711)	6.662.652
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	6.671.641	12.563.353
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	12.563.353	5.900.701
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.891.711)	6.662.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
(Déficit) superávit do exercício	(12.014.255)	(11.793.171)
Ajustes		(2.274.053)
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	3.712.007	3.588.146
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	119.190	40.003
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(408.020)	382.643
(Déficit) superávit do exercício ajustado	<u>(8.591.078)</u>	<u>(10.056.432)</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Redução (aumento) em mensal., acordos e atend. a receber	(2.491.773)	5.203.203
Redução (aumento) em convênios a receber com restrição	(172.837)	135.867
(Aumento) redução em estoques	307.552	(680.869)
Redução em outros ativos	(3.194.917)	42.895
Aumento em fornecedores	(4.226.390)	2.038.682
Aumento em obrigações sociais e provisão de férias	2.903.659	77.769
Aumento em impostos e contribuições a recolher	17.726	69.188
(Redução) aumento em recursos de proj. em execução com restrição	1.322.600	(288.931)
(Redução) aumento em outras obrigações	730.940	(462.858)
Disponibilidades líquidas (aplic.) geradas pelas atividades operacionais	<u>(13.394.519)</u>	<u>(3.921.483)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(1.867.878)	(1.590.119)
Aumento em intangível	(1.086.309)	(848.178)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	<u>(2.954.187)</u>	<u>(2.438.297)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	20.997.745	52.752.267
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(13.542.690)	(43.463.661)
Juros e variação monetária	917.140	5.717.300
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas ativ. de financiamentos	<u>8.372.195</u>	<u>15.005.906</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.976.511)</u>	<u>8.646.125</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	7.043.647	15.020.158
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	15.020.158	6.374.032
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.976.511)</u>	<u>8.646.125</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. É uma entidade sem fins lucrativos com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos: *(i)* Manter a Universidade Vale do Sapucaí, bem como outras instituições de ensino por ela criadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científico-cultural; *(ii)* Criar e manter estabelecimentos de suporte e conjugação com a área de ensino, pesquisa e extensão, ou em quaisquer áreas de atividades, caso delibere convenientes e necessários à sua existência; *(iii)* Criar e manter programas educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade; e *(iv)* Cuidar de atividades ligadas ao ensino, desenvolvendo, por todos os meios, atividades de intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 06 de março de 2020. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Diretor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Fundação são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (b).
- (b) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. Nota 4 (d)
- (c) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. Nota 4 (m).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b) Clientes

Segregadas por natureza (SUS, convênios e mensalidades das instituições de ensino) das respectivas transações, sendo que os encargos, quando devidos, foram reconhecidos

como receita financeira do exercício pelo regime da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades a receber e contas a receber de atendimentos hospitalares.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

d) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea efetuada por peritos independentes, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

f) Empréstimos e financiamentos

Registrado pelo valor de captação e atualizados parcialmente pelos encargos contratuais incorridos e juros *pró-rata temporis* até a data do balanço.

g) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

h) Recursos de projetos em execução com restrição

São registrados nesta conta os valores repassados dos agentes cedentes em contrapartidas a bancos, aplicações financeiras e outros ativos vinculados a cada projeto.

As doações e as subvenções para custeio e investimentos são reconhecidas no resultado. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida de subvenção, de contribuição para custeio e investimento, é em específica do passivo. A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e em conformidade com os custos correspondentes.

i) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

j) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em

consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

m) Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação ocorre na medida em que os bens reavaliados forem sendo alienados, baixados ou depreciados.

n) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

o) Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenção Fiscais Usufruídas

A ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, foi alterada, o item 9b desta norma retirou a obrigação de registrar os valores das isenções (imunidades) usufruídas em contas de resultado, entretanto a portaria GM/MS nº 834/16, emitida pelo Ministério da Saúde ainda prevê a contabilização em contas de resultado, desta forma, optou por manter no exercício de 2019, a renúncia fiscal relacionada com a atividade evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

p) Gratuidades Concedidas

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços, foi pelo valor efetivamente praticado.

q) Segregação de atividade

As contas de receitas e de despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como saúde e educação.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Caixa	59.492	46.291
Bancos conta corrente	21.590	748.802
Aplicações financeiras	4.013.269	12.425.431
Total	4.094.351	13.220.524

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Fundação considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

6. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2019	2018
Vinculados aos projetos – nota explicativa 18	2.949.295	1.799.634

Em “Títulos e valores mobiliários” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação e de acordo com a execução dos projetos.

7. Mensalidades a receber

Descrição	2019	2018
Unidade Central	4.353.861	4.778.761
Unidade Fátima	2.738.158	3.434.058
Pós-Graduação	1.010.648	1.181.918
FIES	1.579.959	973.669
Colégio Vale do Sapucaí	1.445.079	2.699.669
Colégio João Paulo	481.301	535.350
Outras	1.800.110	993.235
(-) Perdas estim. de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(6.035.236)	(6.774.840)
Total	7.373.880	7.821.820

Representado por saldos a receber referentes aos serviços prestados de ensino.

8. Acordos a receber

Descrição	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Unidade Central	4.601.323	967.050	3.924.225	967.050
Unidade Fátima	2.818.004	445.127	2.760.529	445.127
Colégio Vale do Sapucaí	894.246	124.252	661.489	124.252
Colégio João Paulo	455.863	18.082	363.448	18.082
Pós-Graduação	621.707	120.836	391.130	120.836
Isepec	26.181	3.697	28.489	3.697
Acord.Mensal.TASP -Univás	892.252	6.912	883.323	6.912
Acord. Mensal.TASP – CVS	49.908	-	56.625	-
Acordos - TASP - CJP	2.860	-	2.860	-
Renegociação Estudantil	-	102.705	-	102.705
Outros	138.464	419	140.734	419
Ajuste a valor presente	(282.341)	-	(282.341)	-

(-) Perdas estim. de crédito de liquidação duvidosa	(5.076.734)	-	(7.326.486)	-
Total	5.141.734	1.789.080	1.604.025	1.789.080

Representado por saldos a receber referentes a acordos de mensalidades não recebidas.

9. Atendimentos hospitalares a receber

Descrição	2019	2018
Convênios	8.377.641	8.837.303
Pacientes particulares	124.808	98.117
Convênio SUS	21.383.726	22.910.657
Secretaria de Estado da Saúde	148.887	148.887
(-) Perdas estim. de crédito de liquidação duvidosa	(14.151.398)	(13.127.567)
Total	15.883.664	18.867.397

10. Convênios a receber com restrição

Descrição	2019	2018
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urg. e Emerg.)	443.000	443.000
Fapemig 11013-10 – Univas	3.900	3.900
Fapemig 5163-11 – Univas	14.300	14.300
Conv. a rec. PEP – Univas	258.634	258.634
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência)	566.467	566.467
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e	690.263	690.263
Fapemig bolsas TC Nº 5.298/15	248.950	408.650
Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290	1.100.344	701.926
Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2018 (UNACON - Unid. Assist. Alta Complex. Oncologia)	1.322.475	1.322.475
Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2018 (Bloco de média e alta complex. Ambul. e hosp.)	978.504	978.504
Fapemig CPE ACN 0002-17	-	46.563
Fapemig APQ-00235-17 - Univás	150.000	150.000
Projeto BBSA - C/C 5322-8 PRONAS	-	19.317
Total	5.776.836	5.603.999

Em consonância com a ITG 2002 – 27e, divulgamos abaixo as finalidades de cada projeto firmado com a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí e suas Mantidas:

T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urgência e Emergência) – Hcsl: Melhorias em equipamentos e mão de obra para atendimentos de pacientes adultos e infantis.

Fapemig 11013-10 – Univas: Programa de Bolsa Institucionais de Iniciação Científicas Júnior - BIC JÚNIOR.

Fapemig 5163-11 – Univas: Apoio e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológica.

Conv. a rec. PEP – Univas: Desenvolvimento do Programa de Educação Permanente para Médicos de Família.

T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência e Emergência) – Hcsl: Reformas dos setores de Urgência e Emergência do Hospital.

T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e Emergência) – Hcsl: Aquisição de equipamentos para melhoria nos atendimentos de Urgência e Emergência.

Fapemig Bolsas T.C. Nº 5.298/15 – Univás: Apoio e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológica.

Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290 – Hcsl: Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade do Hospitais SUS/MG.

Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2018 (UNACON - Unid. Assist. Alta Complex. Oncologia)- Hcsl: Apoio a atendimento de pacientes oncológicos com alta complexidade.

Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2018 (Bloco de média e alta complex. Ambul. e hosp.) – Hcsl: Apoio a atendimento a pacientes de média e alta complexidade ambulatorial.

Fapemig CPE ACN 0002-17 – Univás: Apoio ao Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT"s.

Fapemig APQ-00235-17 – Univás: Apoio de projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação.

Projeto BBSA - C/C 5322-8 PRONAS – Hcsl: Projeto de Capacitação e treinamento de Equipe Multidisciplinar visando melhor atendimento à pessoa com deficiência física e/ou neurológica.

11. Estoques

Descrição	2019	2018
Central de abastecimento	1.920.133	2.225.682
Outros	12.338	14.341
Total	1.932.471	2.240.023

12. Outros créditos

Descrição	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cheques custodiados	201.811	-	192.400	-
Aluguéis	-	-	1.000	-
Cheques em cobrança	225.228	-	191.990	-
Adiantamento a fornecedores	39.307	-	23.369	-
Cartão de crédito/débito	835.527	-	687.233	-
Adiantamentos a colaboradores	2.613.501	-	11.530	-
Valores a rec. – incent. Governamental (i)	356.000	-	100.000	-
(-) Perdas estim. de créd. de liq. duvidosa	2.453	-	(834)	-
Depósitos Judiciais (ii)	-	830.872	-	753.869
Total	4.273.828	830.872	1.206.688	753.869

(i) Valor a receber em aberto, conforme estabelecido na resolução SES nº 3511 de 14 de novembro de 2012.

13. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa			2019	2018
	média				
	deprec. anual	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas mot. aparelhos	8,74%	15.934.600	(11.663.463)	4.271.197	4.489.511
Computadores e periféricos	23,55%	3.361.410	(2.714,077)	647.333	599.544
Edifícios	2,48%	27.785.787	(6.087.539)	21.698.248	22.396.329
Bibliotecas	10%	1.752.421	(1.502.119)	250.302	312.966
Mobiliário Geral	11,23%	5.210.978	(3.467.959)	1.743.019	1.629.195
Veículos	20%	347.572	(70.512)	277.060	56.580
Terrenos	-	37.190.559	-	37.190.559	37.190.559
Instal. Esp. Áreas de Lazer	2,48%	1.009.902	(158.538)	851.364	867.201
Obras em andamento	-	1.185.768	-	1.185.768	1.185.768
Veículos c/ restrição	20%	60.000	(60.000)	-	10.867
Bibliotecas c/ restrição	10%	31.501	(12.608)	18.893	22.051
Mobiliário geral c/ restrição	10%	665.105	(124.974)	540.131	564.554
Edifícios c/ restrição	4%	543.600	(87.024)	456.576	473.971
Obras c/ restrição	-	1.232.714	-	1.232.714	1.232.714
Máq. Mot. Ap. c/ restrição	10%	6.083.965	(2.007.879)	4.076.087	4.464.975
Comput. Perif. c/ restrição	20%	243.002	(130.813)	112.189	149.491
Total		102.638.944	(28.087.505)	75.551.439	75.646.276

A Fundação registrou reavaliação espontânea baseada em laudos emitidos por peritos independentes: em 31 de dezembro de 2014, dos bens imóveis; em 31 de dezembro de 2006, dos bens máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e móveis e utensílios; e em 31 de janeiro de 2007, dos bens veículos. Em contrapartida da mais valia do imobilizado foi registrada a reserva de reavaliação. As vidas úteis e valor residual foram revisados seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado.

b. **Movimentação do custo**

Descrição	2018	Adições	Baixas	2019
Máquinas mot. aparelhos	15.415.694	775.590	(255.505)	15.935.779
Comp. e periféricos	3.229.295	246.100	(115.093)	3.360.303
Edifícios	27.785.787	-	-	27.785.787
Bibliotecas	1.732.925	19.496	-	1.752.420
Mobiliário Geral	4.906.672	352.553	(48.246)	5.210.978
Veículos	235.358	340.582	(228.368)	347.572
Terrenos	37.190.559	-	-	37.190.559
Instal. Esp. Áreas de Lazer	1.009.902	-	-	1.009.902
Obras em andamento	1.185.768	-	-	1.185.768
Veículos c/ restrição	60.000	-	-	60.000
Bibliotecas c/ restrição	31.501	-	-	31.501
Mob. geral c/ restrição	648.129	16.976	-	665.104
Edifícios c/ restrição	543.600	-	-	543.600
Obras c/ restrição	1.232.714	-	-	1.232.714
Máq. Mot. Ap. c/ restr.	5.967.385	116.581	-	6.083.964
Comput. Perif. c/ restrição	244.765	-	(1.763)	243.004
Total	101.420.053	1.867.878	(648.975)	102.638.955

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2018	Adições	Baixas	2019
Máquinas mot. aparelhos	(10.926.183)	(943.940)	206.659	(11.663.463)
Comp. e periféricos	(2.629.751)	(195.257)	110.932	(2.714.077)
Edifícios	(5.389.458)	(698.082)	-	(6.087.539)
Bibliotecas	(1.419.959)	(82.160)	-	(1.502.119)
Mobiliário Geral	(3.277.477)	(227.770)	37.288	(3.467.959)
Veículos	(178.778)	(64.987)	173.254	(70.512)
Terrenos	-	-	-	-
Instal. Esp. Áreas de Lazer	(142.701)	(15.837)	-	(158.538)
Obras em andamento	-	-	-	-
Veículos c/ restrição	(49.133)	(10.867)	-	(60.000)
Bibliotecas c/ restrição	(9.450)	(3.158)	-	(12.608)
Mobiliário geral c/ restrição	(83.575)	(41.399)	-	(124.974)
Edifícios c/ restrição	(69.629)	(17.395)	-	(87.024)
Obras c/ restrição	-	-	-	-
Máq. Mot. Ap. c/ restrição	(1.502.410)	(505.468)	-	(2.007.879)
Comput. Perif. c/ restrição	(95.273)	(36.601)	1.061	(130.813)
Total	(25.773.777)	(2.842.921)	529.194	(28.087.505)

14. Intangível

Descrição	2019		2018
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	6.410	-	6.410
Softwares	6.319.782	(4.655.585)	1.664.197
Softwares c/ restrição	1.576.223	(792.732)	783.491
Bibliotecas	127.851	(127.851)	-
Total	8.030.267	(5.576.169)	2.454.098

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa de juros mensal	Taxa de juros anual	Datas de vencimento	2019		2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal (Capital de giro)	1,45%	18,86%	10/11/2023	10.892.778	50.092.707	6.509.069	46.243.198
Banco Itaú S.A. (Financiamento Veículos)	0,94%	11,88%	08/01/2023	39.589	99.388	-	-
Investimentos				-	-	-	-
Total				10.932.367	50.192.094	6.509.069	46.243.198

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) de capital de giro são de 18,86% a.a. e de financiamento de veículos são de 11,88% a.a. Firmou-se como garantia obrigatória a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis junto ao Ministério da Saúde e acessoriamente a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre recebíveis de planos de saúde, depósitos e aplicações financeiras. Os vencimentos finais dos empréstimos do não circulante são de janeiro de 2020 a novembro de 2023.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2019	2018
Saldos iniciais	52.752.267	37.746.361
(+) Captação de empréstimos e financiamentos	20.997.745	52.752.267
(-) Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(13.542.690)	(43.463.661)
(+) Juros e variação monetária	917.140	5.717.300
Total	61.124.462	52.752.267

A Administração da Fundação, no exercício de 2019 optou por fazer a liquidação dos empréstimos junto à Caixa Econômica Federal dos seguintes contratos: 26.0147.610.0000013/52, 26.0147.610.0000014/33, 26.0147.610.0000015/14, 26.0147.610.0000017/86, 26.0147.610.0000018/67, com valor de prestação mensal total de R\$ 1.628.407,99. Com isso, cedeu os direitos creditórios constituídos pelos recursos financeiros provenientes da prestação de serviços de atendimento ambulatorial e internações hospitalares do Sistema Único de Saúde - SUS e acessoriamente os recebíveis de planos de saúde e outros direitos creditórios assim como cessão fiduciária de depósitos e aplicações financeiras, em favor da Caixa Econômica Federal com a finalidade de unificar os empréstimos e obter carência de 3 meses. Com base no termo e consoante ao instrumento contratual, os recursos financeiros referentes às parcelas mensais serão repassados à CAIXA pelo Fundo Nacional de Saúde até o dia 10 (dez) de cada mês, até que ocorra a quitação do mútuo.

16. Fornecedores

Modalidade	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Nacionais	7.676.351	-	8.319.385	-
Serviços	48.469	-	3.307.362	-
Total	7.724.819	-	11.626.747	-

A Fundação nas datas de 31 de dezembro de 2019 não possuía nenhuma transação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

17. Obrigações sociais e provisões de férias

Descrição	2019	2018
Salários a pagar	4.184.525	4.241.365
RCT	3.377	14.309
Sindicatos a pagar	67.934	52.655
Acordos judiciais – trabalhistas	176.433	110.022
Residência/ Serv. Médicos a pagar	207.923	240.232
FGTS a recolher	751.160	760.964
INSS a recolher	610.434	583.805
FGTS parcelamento	3.089	3.089
Outros	169.209	126.661
Provisão de férias e encargos	8.415.319	5.552.643
Total	14.589.404	11.685.745

18. Outras obrigações

Descrição	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos não identificados	537.641	-	547.096	-
Adiant. de mensalidades	1.928.795	317.543	1.276.895	76.248
Seguros a pagar	11.138	-	7.990	-
Credores diversos	508.359	-	503.892	-
Aluguéis	40.830	-	38.795	-
Adiantamento de matrículas	998.418	-	1.144.196	-
Diversos	93.180	-	221.538	-
Total	4.118.361	317.543	3.740.402	76.248

19. Recursos de projetos em execução com restrição

Descrição	2019	2018
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urgência e Emergência) Hcsl	462.853	462.701
Projeto Telemedicina para hospitais de MG (Timemania)	5.066	28.565
Portaria nº 2.693, de 17/11/ 2011 (Influenza)	341.307	266.797
Fapemig 5113/08 - Univas	41.935	41.935
Fapemig 11013/10 - Univas	10.597	10.597
Fapemig 5163-11 - Univas	62.308	62.308
Programa de Educ. Permanente para Médicos de Família - PEP - Univas	337.364	334.154
Resolução SES nº 3.238 18/04/12 - Saúde Bucal	152.193	146.736
Portaria Nº 3.088, de 23/12/11-Rede de atenção Psicossocial	17.393	34.582
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e Emergência)	690.324	690.290
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência e Emergência)	566.617	566.618
T.C.807912/14 - Aquisição de Medic. e Material (UAES)	-	-
Fapemig Bolsas T.C. Nº 5.298/15	283.146	449.501
T.C.826528/15 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (UAES)	100	386.323
Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290	1.582.846	1.247.776
Fapemig Processo MPR 00155/16 - Modalidade Apoio ao Mestrado Profissional	-	-

Projeto Convênio 834573/2016	-	216.541
Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2018 (UNACON - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia)	1.322.475	1.322.475
Fapemig CPE ACN 0002-17	46.474	46.563
Fapemig APQ-00235-17 - Univás	-	19.317
CEF - 2377-3 IV Termo Aditivo 152/2014 FMS- HCSL - Aplicação	-	40.817
T.C. 862345/2018 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	150.000	150.000
Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2018 (Bloco de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar)	978.504	978.504
Projeto BBSA - C/C 5322-8 PRONAS	113.960	113.900
Convênio Apex - Univás - Peiex Sul MG 00003247-0	-	-
Projeto Proposta 4278-2019 - SES – Medicamentos	99.950	-
Projeto Portaria 1444/2019 - Conv. nº 1321001097/2019	60.107	-
Projeto Proposta 3295-2019 - SES - Material de Consumo Hosp.	50.055	-
Projeto Proposta 3367-2019 - SES – Medicamentos	1.003.291	-
Projeto Incremento Temporário Mac Port.	560.835	-
Total	8.939.598	7.616.999

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e outras instituições, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

20. Provisão para demandas judiciais

Descrição	2019	2018
Cíveis (i)	2.626.822	3.084.129
Trabalhistas (i)	1.885.009	1.835.722
Tributário	-	-
Total	4.511.831	4.919.851

(i) A Fundação está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatória e trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para demandas judiciais para fazer face a eventuais perdas futuras para

as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Fundação.

Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas cíveis e trabalhistas com expectativa de perda possível, cujos valores originais são de R\$ 5.008.756 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 5.851.611 em 2018). E também, há depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$ 830.872 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 753.869 em 2018). Os desfechos das demandas não são praticáveis de serem estimados no momento diante das características especialíssimas da justiça, em especial do trabalho.

(ii) A Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação do INSS que totalizam R\$ 169.732.426 em 31 de dezembro de 2019. Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho destes processos é de perda remota. Desta forma, a Administração também optou em não constituir nenhuma provisão para contingência.

(iii) Indeferimento na certificação do CEBAS

Através da portaria nº 829 de 28 de novembro de 2018, o secretário de regulamentação e supervisão da educação superior, indeferiu o pedido de concessão/renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) para a Fundação, por contrariar os requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 contendo os fundamentos na respectiva Nota Técnica 1846/2019-SERES/MEC sobre o processo 23123.001405/2012-16. A administração da entidade no prazo estabelecido apresentou recurso de defesa sobre o indeferimento, o qual tramita na esfera administrativa.

A Fundação no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Fundação para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência	Ações Judiciais a longo prazo
Saldos em 1º de janeiro de 2018	923.304	4.537.208	-
Diminuição	966.533	2.232.421	-
Aumento	797.098	2.615.064	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	753.869	4.919.851	-
Diminuição	219.852	3.068.302	557
Aumento	296.855	2.326.335	334.504
Saldos em 31 de dezembro de 2019	830.872	4.177.884	333.947

21. Patrimônio Líquido

a. Patrimônio social: Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros. E ainda, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits, conforme determina a legislação vigente.

b. reserva de reavaliação: A Administração da Entidade, com base na faculdade prevista na Lei nº 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. Déficit acumulados: Corresponde aos superávits ou déficits do exercício, que são transferidos para o patrimônio social após a aprovação das contas pelo Conselho Diretor, conforme determina a legislação vigente.

22. Doações e contribuições recebidas

Descrição	2019	2018
Atualização monetária estoques - Hcsl	3.836	(96)
Recuperação de Despesas - Hcsl	28.446	6.318
Serv. Lavand. Xeroc. Odont. e crachá - Hcsl	1.755	1.646
Indenização de aviso prévio - Hcsl	48.778	46.668
Exames laboratoriais - Hcsl	52.985	117.080
Receitas diversas - Hcsl	37.793	93.606
Receitas de vale refeição - Hcsl	81.415	63.566
Reversão da PCLD - Hcsl	6.503	2.388.477
Total	261.511	2.717.265

23. Doações e contribuições recebidas

Descrição	2019	2018
Doações de pessoa física	291.343	79.411
Doações de pessoa jurídica	1.683.424	1.712.019
Total	1.974.767	1.791.430

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 4º, conforme demonstrativo.

24. Demonstrativo das contribuições previdenciárias

					Exercícios	
2015	2016	2017	2018	2019	Total	
26.191.733	29.069.515	30.556.557	31.236.634	31.931.062	148.985.501	

O Recurso interposto contra a Portaria 30 de 12 de janeiro de 2012 que indeferiu a renovação do CEBAS constante das anotações dos Balanços anteriores, por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança no 10.375/DF, confirmada no julgamento da Reclamação no 15.624/MG, foi julgado procedente a favor da FUVS, conforme publicação no DOU de 04 de agosto de 2016 nos seguintes termos:

“Processo no: 71000.077760/2009-08

Interessada: Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

Assunto: Pedido de renovação de CEBAS. Recurso. Deferimento por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança no 10.375/DF, confirmada no julgamento da Reclamação no 15.624/MG.

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, com fulcro no art. 50, § 1º, da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos termos do Parecer no 756/2016/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, e por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança no 10.375/DF, confirmada no julgamento da Reclamação no 15.624/MG, cuja força executória foi atestada pelo Parecer PGFN/CRJ no 255/2016, conheço do recurso interposto pela entidade e dou-lhe provimento, para reformar a decisão constante na Portaria SESu no 30, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no 10, de 13 de janeiro de 2012, Seção 1, página 15.” (DOU, Seção 1 de 04 de agosto de 2016) (G.ns.)

25. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa

que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

26. Contribuições sociais usufruídas (isentas)

Conforme o artigo 29 da Lei Nº 12.101/09 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%

27. Obrigações da saúde para fins de CEBAS

A Entidade em atendimento a licitação nº 09/2014 - contrato 152/2014, OBJETO: contratação de hospital para execução de atividades e serviços referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

28. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do Decreto Nº 8242/14 e da Portaria do MS 834/16, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no contrato de contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
Nº de internações	14.129	565	3.079	17.773
Nº de cirurgias	9.814	790	2.130	12.734
Total	23.943	1.355	5.209	30.507

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
Nº de partos/curetagens/intercorrências/ano	2.656	166	227	3.049

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
SADT	1.120.404	20.532	176.111	1.317.047
Fisioterapia	139.842	748	18.732	159.322
Hemodinâmica	1.082	216	345	1.643
Litotripsia	576	35	23	634
Ambulatórios – nº atendimentos	92.343	0	0	92.343
Pronto socorro – nº atendimentos	93.465	2.148	80.106	175.719
Serviço de quimioterapia	11.922	0	0	11.922
Serviço de radioterapia	-	-	-	-
Serviço Terapia Renal Substitutiva	27.406	0	1091	28.497
Total	1.487.040	23.679	276.408	1.787.127

Fonte: dados estatísticos do HCSL.

29. Da concessão dos recursos em assistência à saúde

Conforme determinação do artigo 4º da Lei n.º 12.101/09 artigos 19 do Decreto n.º 7.237/10 e artigo 7º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, a Entidade cumpriu:

- As metas estabelecidas em contrato de contratualização;
- Ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do Sus no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei Nº 12.101/09 artigos 18 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 5º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- Número de pessoas atendidas SUS e Ñ-SUS;
- Número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;
- Percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

Dados dos serviços prestados SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	14.129	80.349	-
Ambulatoriais	-	-	1.067.617

Fonte: DATASUS – Ministério da Saúde.

Dados dos serviços prestados não SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	3.644	11.272	
Ambulatoriais			217.359

Fonte: Sistema Tasy / CIHA

Internações SUS	87.70%
Ambulatoriais SUS	83.08%
Percentual SUS final – antes da verificação do art 33.	97.70%
Percentual SUS final ao CEBAS.	105.20%

Fonte: dados DATASUS (AIH, CIH, CIHA, SAI)

30. Obrigações da educação para fins de CEBAS

Cadastro nos sistemas de informação

Conforme determinação do artigo 4º da Lei n.º 12.101/09 artigos 19 do Decreto n.º e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14, artigo 41, a Entidade já procedeu ao cadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (<http://siscebas.mec.gov.br/>).

Conforme previsto no artigo 30 § 4º do Decreto Federal n.º 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Entidade estão informadas no Censo da Educação Básica (Educacenso) e no Censo da Educação Superior E-MEC.

Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Entidade mantém controles internos dos mesmos, para que sejam inseridos na próxima abertura do sistema INEP.

Plano Nacional de Educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

Em atendimento no artigo 13 da Lei n.º 12.101/09 alterada pela Lei n.º 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

Análise do perfil socioeconômico

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise Socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

31. Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais.

A Entidade atende o artigo 13 e 13-A da Lei n.º 12.101/9 alterada pela Lei n.º 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/2014 e atinge os números de bolsa quantitativas (uma bolsa estudo integral para cada 5 alunos pagantes) conforme prescreve os incisos do caput e nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 13, conforme demonstrativo a seguir:

Educação Básica	Quantidade
Número de alunos matriculados	1.362
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009	165
Bolsas integrais (recursos próprios)	9
Inadimplentes 90 dias	65
Total de alunos pagantes em dez/2019	1123
Total mínimo de bolsistas integrais (1/9)	125
Bolsas integrais consideradas (1/9)	165
Total mínimo de bolsas integrais (1/5)	225
Cumprimento 1/5 -	242
Bolsistas parciais 50%	154
Bolsistas integrais 100%	165
Total de bolsas integrais concedidas considerando conversão das bolsas de 50%	242

Educação Superior	Quantidade
Número de alunos matriculados	2.647
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009	372
Descontos integrais (recursos próprios)	3
Inadimplentes 90 dias	105
Total de alunos pagantes em dez/2019	2.167
Total mínimo de bolsistas integrais (1/9)	241
Bolsas integrais consideradas (1/9)	304
Total mínimo de bolsas integrais (1/5)	433
Cumprimento 1/5 -	467
Bolsas parciais 50% (recursos próprios)	189
Bolsistas integrais 100%	372
Total de bolsas integrais concedidas considerando conversão das bolsas de 50%	467

Relatório sintético de alunos matriculados, pagantes e de bolsas de estudo conforme. Anexo V, item 3 da Portaria nº 15 de 11 de agosto de 2018

32. Remuneração da administração.

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. A administração da Fundação está a cargo de um Conselho Diretor. Este conselho é composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, que empossará os membros, com um mandato de quatro anos.

Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

33. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

34. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

35. Reapresentação de Valores Correspondentes

Os valores correspondentes relativo ao balanço patrimonial do exercício de 2018 originalmente apresentado nas demonstrações financeiras do exercício, está sendo apresentado em conformidade com o CPC 23 e Resolução NBTC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1)

ATIVO	Nota	2019	Reapresentação	2018
	Explicativa			
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.094.351		13.220.524
Títulos e valores mobiliários	6	2.949.295		1.799.634
Mensalidades a receber	7	7.373.880	(2.029.355)	5.792.465
Acordos a receber	8	5.141.734	645.521	2.249.546
Atendimentos hosp. a receber	9	15.883.664	(1.001.905)	17.865.492
Convênios a receber com restrição	10	5.776.836		5.603.999
Estoques	11	1.932.471		2.240.023
Outros créditos	12	4.273.828		1.206.688
Despesas antecipadas		179.895		129.122
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		47.605.955	(2.385.738)	50.107.494
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo		-		-
Despesas antecipadas		-		-
Acordos a receber	8	1.789.080		1.789.080
Depósitos judiciais	12	830.872		753.869
Imobilizado	13	102.638.944		101.420.053
(-) Depreciação	13	(28.087.505)		(25.773.777)
Intangível	14	8.030.267		6.943.958
(-) Amortização	14	(5.576.169)		(4.707.686)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		79.625.490	-	80.425.497
TOTAL DO ATIVO		127.231.444	(2.385.738)	130.532.992

PASSIVO	Nota	2019	Reapresentação	2018
	explicativa			
PASSIVO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	15	10.932.367		6.509.069
Fornecedores	16	7.724.819	324.462	11.951.209
Obrigações sociais e prov. de férias	17	14.589.404		11.685.745
Impostos e contribuições a recolher		1.942.030		1.924.304
Outras obrigações	18	4.118.361	(111.686)	3.628.717
Recursos de proj. em exec. c/ restrição	19	8.939.598		7.616.999
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		48.246.579	212.776	43.316.042
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	15	50.192.095		46.243.198
Fornecedores	16	-		-
Outras obrigações	18	317.543		76.248
Provisão para demandas judiciais	20	4.511.831		4.919.851
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		55.021.469	-	51.239.297
PATRIMÔNIO LIQUIDO				
Patrimônio social		14.772.934	(2.274.053)	14.772.934
Reserva de reavaliação		40.277.820		40.560.517
Resultado do exercício		(12.014.255)	324.462	(11.793.171)
Resultado acumulado		(19.073.104)		(7.562.629)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	21	23.963.396	(1.949.591)	35.977.652
TOTAL DO PASSIVO		127.231.444	(1.736.815)	130.532.991

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE
2018

Em reais

	2019	Reapresentação	2018
	95.113.564	2018	90.178.704
Receita Bruta Educacional			
Receita de Mensalidade Ed. Básica	16.230.121		15.356.841
Receita de Mensalidades Ed. Superior	73.100.787		69.716.464
Outras Receitas Operacionais	5.629.427		5.031.156
Doações	114.967		74.243
Receita com Programa Jovem Aprendiz	38.261		-
(-) Deduções Da Receita Bruta	(22.827.900)		(17.400.396)
Bolsas Concedidas Integrais - Lei 12.101/09	(2.738.342)		(2.549.698)
Bolsas Concedidas - Prouni	(7.391.053)		(7.161.584)
Bolsas Concedidas Integrais - Lei 11.096/05	-		-
Bolsas Concedidas Parciais - Lei 11.096/05	-		-
Bolsas Concedidas Parciais - Lei 12.101/09	(1.479.942)		(713.798)
Programa de Apoio A Bolsistas	-		-
Outras Bolsas Concedidas	(2.476.842)		(153.786)
Descontos Concedidos	(1.324.033)		(3.931.962)
Descontos Incondicionais	(7.417.688)		(2.889.568)
(=) Receita Líquida Da Atividade	72.285.663		72.778.309
(-) Custos	(52.097.187)		(52.361.686)
(=) Resultado Bruto	20.188.476		20.416.623
Outras Receitas Operacionais	16.805.159		16.168.650
Programas com Restrição	-		120.381
Isenção Usufruída	15.915.460		16.048.269
Serviços voluntários obtidos	750.981		-
Outras Receitas Não Operacionais	138.718		-
(-) Despesas Operacionais Da Atividade	(13.966.355)		(16.612.695)
Pessoal	(11.978.354)		(10.859.231)
Administrativas e Gerais	(3.444.698)		(2.560.034)
Perdas No Recebimento de Mensalidades	1.738		(3.975.687)
Resultado Financeiro	1.454.959		796.969
Programas com Restrição	-		(14.712)
(-) Outras Despesas Operacionais	(16.799.393)		(16.139.024)
Outras Despesas Operacionais	(132.952)		(90.755)
Isenção Usufruída	(15.915.460)		(16.048.269)
Serviços voluntários obtidos	(750.981)		-
(=) Resultado Educacional	6.227.887		3.833.554

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE
2018

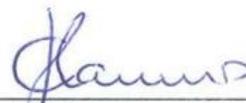
	2019	2018
Receita Bruta Da Área de Saúde	115.372.742	108.230.407
Planos de Saúde	33.237.048	32.528.933
Sistema Único de Saúde	72.690.923	68.085.737
Particulares	6.769.003	5.593.804
Outras Receitas de Saúde	784.048	304.746
Doações	1.859.800	1.717.187
Subvenções e Convênios	-	-
Secretaria de Estado da Saúde	31.920	-
(=) Receita Líquida Da Área Da Saúde	115.372.742	108.230.407
(-) Custos	(126.228.526)	(120.970.030)
(=) Resultado Bruto Da Área Da Saúde	(10.855.784)	(12.739.623)
(-) Despesas Operacionais Da Área Da Saúde	(10.612.000)	(9.192.886)
Administrativas e Gerais	(1.737.219)	(324.461,89)
Resultado Financeiro	(6.996.536)	(1.666.444)
Programa com Restrição	(1.878.245)	(6.287.813)
(+) Outras Receitas Operacionais	19.432.676	21.915.002
Programa com Restrição	3.069.206	(1.238.629)
Isenção Usufruída	16.015.603	4.009.372
Outras Receitas Operacionais	261.511	15.188.365
Receitas de Assistência ao Trabalhador	86.356	2.717.265
(-) Outras Despesas Operacionais	(16.207.034)	(15.284.756)
Outras Despesas Operacionais	(105.075)	-
Isenção Usufruída	(16.015.603)	(96.391)
Despesas de Assistência do Trabalhador	(86.356)	(15.188.365)
(=) Resultado Da Área Da Saúde	(18.242.142)	(15.302.263)
(=) Resultado Do Exercício	(12.014.255)	(324.462)
	(11.468.709)	

PYTHAGORAS DE
ALENCAR

OLIVOTI:17146526615

Assinado de forma digital por
PYTHAGORAS DE ALENCAR
OLIVOTI:17146526615
Dados: 2020.03.18 10:13:51 -03'00'

Pythagoras de Alencar Olivotti
Presidente da FUVS



Carlos Henrique Pereira
Coordenador da Contabilidade
Cont. CRCMG 092.690/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

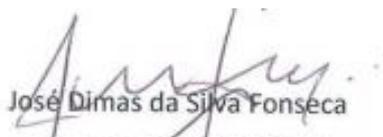
Procedendo ao exame dos Balanços Patrimoniais da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, bem como das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit /ou Déficit e Demonstração do Fluxo de Caixa, realizados em **31 de dezembro de 2019**, dentro das exigências e princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, e fundamentalmente no Parecer dos Auditores, **Audisa Auditores Associados**, somos de parecer que o Balanço Patrimonial bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit e Demonstração do Fluxo de Caixa, relativo ao exercício supracitado, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

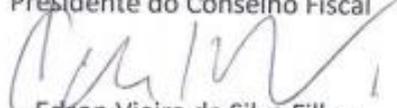
Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ** em 31 de Dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

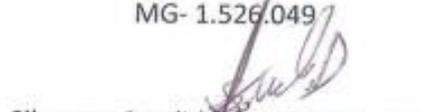
Isto posto, opinamos pela sua aprovação.

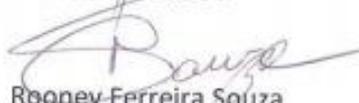
Para seu documento, firmamos o presente.

Pouso Alegre, 09 de Março de 2020.


José Dimas da Silva Fonseca
Identidade nº 2.413.405
Presidente do Conselho Fiscal


Edson Vieira da Silva Filho
MG- 1.526.049


Silvestre Candido de Souza Turbino
M-3.631.504


Rooney-Ferreira Souza
M-2.643.861